

CONTRIBUIÇÃO À SEGUNDA SESSÃO DA XVI ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS EM OUTUBRO DE 2024

A Equipe Arquidiocesana de Animação para a Preparação da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos da Arquidiocese de Mariana, reunida no dia 8 de março de 2024, das 9h às 13, no Centro de Pastoral, em Mariana, em atendimento à carta do Secretário-Geral da CNBB, datada de 8 de janeiro de 2024, vem oferecer nova contribuição da Arquidiocese de Mariana (MG) à segunda sessão da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, que acontecerá em outubro de 2024, a saber:

Questão fundamental:

COMO ser Igreja sinodal em missão? *O objetivo é identificar os caminhos a percorrer e os instrumentos a adotar nos diversos contextos e nas diversas circunstâncias, de modo a valorizar a originalidade de cada batizado e de cada Igreja na missão única de anunciar o Senhor ressuscitado e o seu Evangelho ao mundo de hoje.*

Em toda ação evangelizadora:

- Quebrar a resistência a caminhar juntos, favorecendo, em toda oportunidade, a participação de todos.
- Tomar consciência de que somos batizados e, por isso, discípulos missionários de Jesus Cristo, iguais em dignidade.
- Abrir o coração ao diálogo.
- Respeitar a identidade e o jeito de ser de cada pessoa, valorizando seus dons, para que eles sejam colocados sempre a serviço do próximo.
- Dar testemunho de comunhão fraterna como a melhor forma de evangelizar.
- Valorizar toda cultura em favor da vida e a religiosidade popular, promovendo a inculturação da fé.
- Fomentar a consciência de uma Igreja em saída, ultrapassando as fronteiras existenciais.
- Acolher os necessitados numa clara opção preferencial pelos mais pobres.
- Incentivar a corresponsabilidade na missão evangelizadora, investindo na ministerialidade.
- Ter coerência entre fé e vida.
- Desenvolver a consciência de que fazemos parte da família de Deus.
- Ser Igreja próxima da realidade do nosso povo.
- Ser Igreja misericordiosa, constantemente aberta à conversão e ao perdão.
- Promover a descentralização do poder decisório com a valorização de instâncias colegiadas e participativas em todas as instâncias (comunidades, paróquias, foranias, regiões, pastorais, ministérios e serviços).
- Romper com a tentação do retorno a um tradicionalismo estereótipo.
- Romper as resistências à sinodalidade, sobretudo através da iniciação cristã e de uma catequese permanente.
- Voltar-se para Jesus Cristo e para a simplicidade do seu ensinamento, a exemplo da Igreja primitiva, expressão de amor, cuidado e partilha.
- Incentivar a participação na vida comunitária.

Questões específicas:

a) **A nível de cada Igreja local: COMO valorizar a corresponsabilidade diferenciada na missão de todos os membros do Povo de Deus? Que modos de relação, estruturas, processos**

de discernimento e de decisão em relação à missão permitem reconhecê-la, moldá-la, promovê-la? Que ministérios podem ser renovados ou introduzidos para melhor exprimir esta corresponsabilidade?

- Fortalecer os conselhos e as estruturas existentes que favorecem a sinodalidade e a participação, renovando-as em esquema de alternância, de modo que cada vez mais pessoas possam ter acesso e ocupar os espaços decisórios, com destaque para a valorização e a presença das mulheres.
- Valorizar os ministérios leigos e a consciência de que todos somos Igreja.
- Formar consciência eclesiológica de *Igreja Povo de Deus*, combatendo o clericalismo e a clericalização dos cristãos leigos(as).
- Incentivar o protagonismo dos cristãos leigos, para que, a partir do novo impulso dado pelo Sínodo, eles(as) se sintam chamados a viver sua vocação e missão.
- Reforçar a importância das assembleias e conselhos (CAP, CRPs e CCPs) como espaços de diálogo e comunhão fraterna.
- Favorecer os momentos de escuta.
- Formar permanentemente o clero.
- “Desmasculinizar” a Igreja, ouvindo mais as mulheres.
- Não perder o ‘rosto sinodal’ de nossa Arquidiocese de Mariana.
- Renovar as lideranças e despertar novas vocações.
- Ser Igreja missionária, em saída e de portas abertas.
- Incentivar que também as assembleias paroquiais sejam planejadas de maneira sinodal, ouvindo mais os grupos de pessoas, inclusive aqueles de fora da Igreja.
- Trabalhar mais a dimensão humana no enfrentamento às situações de desequilíbrio e fechamento.

b) A nível das relações entre Igrejas, entre grupos de Igrejas e com o Bispo de Roma: COMO articular criativamente estas relações para encontrar “um equilíbrio dinâmico entre a dimensão da Igreja no seu conjunto e o seu enraizamento local”

- Valorizar a religiosidade popular, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e os Grupos de Reflexão.
- Oferecer formação permanente aos ministros ordenados e aos cristãos leigos(as), de modo a vencer a tentação da autorreferencialidade.
- Assegurar a nossa representação em todas as instâncias sempre que possível (comunitária, paroquial, forânea, regional, diocesana, Leste 2, nacional, continental e outras).
- Obedecer a autoridade do papa e dos bispos como sucessores apostólicos, não de maneira meramente servil, mas como escuta e discernimento do que o Espírito Santo diz à Igreja através deles.
- Respeitar a todos, sobretudo àqueles que pensam e creem diferente de nós, numa abertura ao ecumenismo e ao diálogo inter-religioso.
- Favorecer a amizade e a comunhão fraterna entre os ministros ordenados (papa, bispos, diáconos) e os cristãos leigos(as), tendo Jesus Cristo como a centralidade de todas as relações.
- Promover a cultura de paz e de acolhimento, contra toda expressão de preconceito, intolerância e violência.
- Criar proximidade.
- Favorecer o diálogo
- Reforçar o espírito de colegialidade e de comunhão valorizando também as conferências episcopais e o magistério do Papa Francisco.
- Valorizar a consciência de “ser Igreja” a partir de Jesus Cristo como seus discípulos e missionários.
- Ter abertura à pluralidade, de modo a acolher, acompanhar, discernir e orientar as pessoas e as realidades que se nos apresentem.
- Favorecer o encontro pessoal com Jesus Cristo, na perspectiva de uma espiritualidade libertadora.
- Fomentar cada vez mais a Pastoral da Comunicação em todos os níveis, a partir do princípio de “falar com o coração e testemunhar a verdade no amor”.
- Fazer bom uso dos meios tecnológicos e de comunicação de massa para promover e ampliar a ação pastoral e evangelizadora.

- Defender e cuidar da vida humana e da vida no planeta - sobretudo da vida ameaçada -, na linha da Ecologia Integral.

Testemunho concreto (opcional):

A diocese tem alguma boa prática ou experiência “que considere significativa para fazer crescer um dinamismo sinodal missionário”? Gostaria de apresentar essa experiência por escrito à Secretaria Geral do Sínodo?

A Arquidiocese de Mariana vem, fraternalmente, apresentar alguns aspectos metodológicos e ações de sua caminhada evangelizadora e pastoral, como testemunho concreto e exemplo de boas práticas, que muito podem colaborar para o crescimento de um dinamismo sinodal missionário nas Igrejas particulares, sobretudo a partir do processo de construção do Projeto Arquidiocesano de Pastoral (PAE) que desenvolve.

Nosso foco:

- a) Caminhar segundo os ensinamentos da fé (concretamente: fidelidade no seguimento a Jesus Cristo, à sua Palavra, na vivência do discipulado missionário);
- b) Assegurar a comunhão eclesial (concretamente: fidelidade à longa tradição da Igreja, a partir de seus pronunciamentos, sobretudo dos papas com destaque para o magistério atual (doutrina, disciplina e pastoral) e um empenho, destacado, em viver a comunhão eclesial no contexto latino-americano (documentos do CELAM) e nacional (Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil);
- c) Escutar as “bases” (ter os ouvidos e os corações atentos aos clamores e necessidades do povo (*sensus fidelium*, perscrutar os sinais dos tempos...); compreensão a partir das intuições do Concílio Vaticano II de assegurar a comunhão e a participação, a corresponsabilidade das vocações e a ministerialidade eclesial (Igreja – Povo de Deus), investimento, em nível local, que se materializa nas instâncias de participação: conselhos, assembleias, consultas às comunidades, paróquias, foranias/setores, regiões pastorais e coordenações de serviços eclesiais para a elaboração e a implementação de diretrizes e subsídios pastorais);
- d) Investir no planejamento pastoral (este planejamento se vê melhor evidenciado a partir do pastoreio de Dom Luciano).

Nossas ações:

- a) Incremento das foranias;
- b) Criação das regiões pastorais; realização de assembleias pastorais em todos os níveis (arquidiocesano, regional e também nas comunidades e paróquias);
- c) Constituição dos conselhos; investimento em espaços para o serviço pastoral (logística); organização dos planos de evangelização para a Arquidiocese; maior investimento na formação e participação dos leigos(as);
- d) Participação integrada dos religiosos/as nas pastorais; organização das dimensões e pastorais (dinamismo pastoral).

O processo em questão:

a) As Assembleias Pastorais em todos os níveis (paroquial, regional e arquidiocesano)
- Objetivo: Assegurar, anualmente, pelo menos para as regiões pastorais e a arquidiocese, um espaço de partilha, avaliação e planejamento pastoral que propiciasse a comunhão de iniciativas (família diocesana) e de serviços (integração pastoral, na linha da pastoral de conjunto) na Arquidiocese de Mariana.

b) Os Planos Pastorais e de Evangelização

A partir de 1996, com o Plano Bienal de evangelização, passamos a viver um novo momento: tínhamos metas e objetivos mais definidos, em ordem à ação evangelizadora e à articulação pastoral). As assembleias anuais procuravam concretizar os planos e projetos diocesanos. Com o Projeto Arquidiocesano de Evangelização - PAE 2010-2014 (estendido até 2015), a proposta já não era tanto

de usar das assembleias para, diretamente, concretizar o PAE, mas de valer-se das assembleias para “revisitar” o PAE, estabelecendo de forma criativa, um cronograma de atividades e de prioridades dentro do espírito proposto pelo PAE.

c) Metodologia aplicada:

Anteriormente ao Projeto Arquidiocesano de Evangelização (PAE) 2016-2020, pode-se afirmar que a forma aplicada na construção das decisões das assembleias diocesanas foi mais dedutiva, ou seja, aquela que vai do “maior para o menor”. Embora as decisões da assembleia arquidiocesana fossem frutos da caminhada e proposições das assembleias regionais e estas levavam em conta a caminhada nas demais instâncias de participação (paróquias, foranias/setores); contudo, a deliberação de prioridades a serem assumidas, em nível arquidiocesano, nem sempre eram as mesmas assumidas, diversamente pelas regiões pastorais e pelas outras instâncias de participação (comunidade, paróquia, forania/setor). Consequência: uma diversidade de prioridades: paroquiais, regionais e arquidiocesanas.

A partir do PAE 2016-2020, no uso de uma forma mais indutiva, ou seja, que vai “do menor ao maior”, procurou-se sanar este desafio pastoral da apresentação de muitas prioridades, definindo, para os três anos de aplicação do PAE, prioridades comuns a serem assumidas nas várias instâncias de participação, a saber: os Pobres, a Juventude e a Família.

Concretamente: a) - para todas as instâncias são as mesmas prioridades e, no processo, de construção das assembleias o que acontece é um enriquecimento de ações a serem assumidas nas diversas instâncias de participação. b) – Mantêm-se, de outra parte, o respeito à autonomia das instâncias (sem ferir a comunhão pastoral) em também assumir, segundo as suas especificidades, outras atenções pastorais. d) O uso do método: Ver, Julgar e Agir (rever e celebrar)

Em toda essa caminhada empreendida, temos utilizado esse método, de uso constante em encontros e pronunciamentos eclesiais.

- VER (contemplação da realidade) - Análise feita mais a partir da inserção, das experiências e constatações que pelo uso de dados estatísticos, contributo das ciências sociais e de análises de conjuntura.
- JULGAR (iluminação) – nosso discurso pastoral se fez, nos últimos tempos, mais afinado com as Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil. Não só citada ou subtendida, mas agora assumida como “norte” de orientação.
- AGIR (pistas de ação) – atenção constante “intra” e “extra” eclesial; a tendência hoje é a de que “o menos é mais”, ou seja, não assumir muitas prioridades.
- REVER E CELEBRAR – O Conselho Arquidiocesano de Pastoral (CAP), os Conselhos Regionais de Pastoral (CRPs) e as assembleias têm sido espaços, por excelência, para a avaliação permanente da implementação de prioridades e dos Projetos de Evangelização e de celebração das conquistas.

Alguns critérios iluminadores:

a) O compromisso com a evangelização, voltada para os que participam, para os que estão afastados e para os que ainda não tiveram uma experiência de “encontro” com Jesus Cristo, inspirada nas seguintes imagens bíblicas:

- Pastor (Jo 10,1-18) – daquele/a que cuida e acompanha as ovelhas que já pertencem ao rebanho.
- Semeador (Mt 13,3-9.18-23) – daquele/a que lança a semente da Palavra de Deus por onde passa.
- Pescador (Lc 5,1-11) – daquele/a que tem a coragem de avançar para águas mais profundas lançando as redes para atingir os afastados, pobres e excluídos.

b) A vivência comunitária da fé e a corresponsabilidade de todos (leigos(as), religiosos(as); consagrados(as), ministros ordenados; grupos eclesiais; comunidades...

c) Fazer da Igreja, permanentemente, comunidade de comunidades: efetiva participação de todos; empenho ministerial; construção de relações mais humanizantes e pessoais, de proximidade e compromisso e de descentralização pastoral;

- d) Consciência da missão de ser sal, luz, fermento no mundo.
- e) Investir no social, com especial atenção aos pobres, marginalizados e excluídos, e, mais recentemente, à Ecologia Integral e ao cuidado com a Casa Comum.

Planejamento das ações:

- a) Seguindo a metodologia: o que (ação); como (estratégias); quanto (recurso e custos); quando (prazo); quem (responsáveis) e com quem contar (apoio), temos procurado a aprender a planejar e assim implementar, pastoralmente, com maior eficiência e eficácia, as decisões pastorais arquidiocesanas.
- b) Nessa caminhada arquidiocesana, tem mais se destacado “o que fazer” e “como fazer”.
- c) Quanto aos recursos, a nível arquidiocesano, demos um salto qualitativo com a constituição de um fundo pastoral advindo do dízimo paroquial para atender as regiões pastorais (5%); com a constituição do Fundo Arquidiocesano de Evangelização e do Fundo Arquidiocesano de Solidariedade.

(Fonte: 26ª Assembleia Arquidiocesana de Pastoral, 2018, pelo Pe. Marcelo Moreira Santiago.)

